

AS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS E A TERAPIA OCUPACIONAL

REGINA CÉLIA FIORATI

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS POLÍTICAS SOCIAIS

- Políticas públicas – conjunto de leis e normatizações elaboradas pelo Estado/sociedade civil/organizações
- visando certas correções dos desequilíbrios resultantes do mercado – têm a função de corrigir ou compensar os desequilíbrios sociais decorrentes da economia
- **POLÍTICAS SOCIAIS** → as políticas públicas na área da assistência social e seguridade social (trabalho, renda, habitação, aposentadoria) → **DIREITOS SOCIAIS**

Histórico das políticas sociais no Brasil

- Império – sociedade escravagista – NÃO havia direitos sociais (império é SOBERANO)
- República – construída sob a égide de FAMÍLIAS poderosas e NÃO havia direitos sociais reconhecidos
- 1930 – 1940/50 = (Getúlio Vargas) - “proteção” aos trabalhadores, com o objetivo de criar condições para garantir a força de trabalho adequada, que atendesse as exigências do mercado emergente
- 1964 – 1984 - golpe militar – ditadura - legitimação do sistema autoritário vigente, com caráter fragmentário, setorial e emergencial → políticas eram COMPENSATÓRIAS não cidadãs
- 1988 – Constituição democrática do Brasil – a inserção da sociedade civil nas instâncias deliberativas

POLÍTICAS SOCIAIS COMPENSATÓRIAS – DÉCADA 60/70/80

- Arrocho salarial, falta de liberdade política,
- Habitação – BNH (Banco Nacional da Habitação) - voltado ao financiamento e à produção de empreendimentos imobiliários
- Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM)- FUNABEM – FEBEM → (atual INSTITUIÇÃO CASA)
- Políticas criadas pelo governo para compensar as desigualdades sociais → referencial FUNCIONALISTA
- Conceito - MARGINALIDADE SOCIAL – o indivíduo não se adaptava a sociedade – medidas socioeducativas/repressivas
- <https://www.youtube.com/watch?v=XXDUnBdY1hw>
- Inserção da TO no campo social – referencial clínico (psicologização do social)

Políticas públicas na década de 1980

- A Constituição de 1988 -
- Insere uma abertura democrática
- A sociedade civil ganha espaço institucional para deliberar através de sua participação em Conselhos
- Os Conselhos de Saúde – são o grande exemplo
- Os Conselhos de Assistência Social sempre foram a reboque e concentraram muitos setores da tutela social (filantropia)
- Outros Conselhos nem sempre ganharam o status de deliberativo – consultivo.

Década de 90 – Fernando Collor e FHC

- NEOLIBERALISMO – ESTADO MÍNIMO

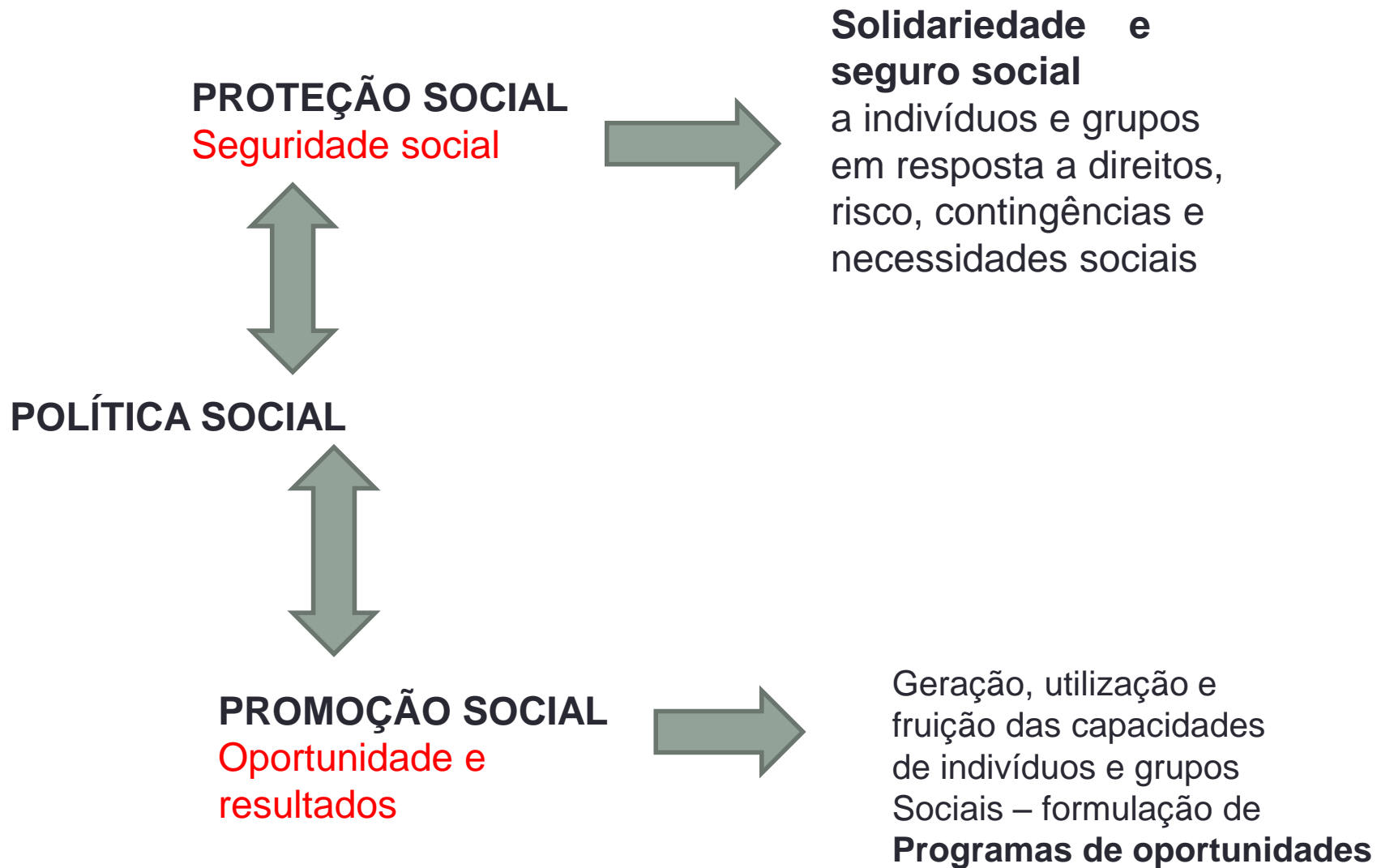
- onde o Estado, que já não dava respostas concretas às reivindicações populares, afastou-se ainda mais de seus deveres com a área social
- O Estado se minimiza desresponsabilizando-se pelas contradições sociais exacerbadas pelo processo de globalização
- O poder público reduz seus gastos com a área social chamando a sociedade para dar respostas às situações de pobreza enfrentadas pela população, ocasionando uma verdadeira mercantilização e re-filantropização dos serviços sociais → ONGs
- TO – questionamento – criação de um referencial para a TO social – estruturalista-histórico

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS POLÍTICAS SOCIAIS

- Políticas públicas – conjunto de leis e normatizações elaboradas pelo Estado/sociedade civil/organizações



- visando certas correções dos desequilíbrios resultantes do mercado – têm a função de corrigir ou compensar os desequilíbrios sociais decorrentes da economia
- **POLÍTICAS SOCIAIS** → as políticas públicas na área da assistência social e seguridade social (trabalho, renda, habitação, aposentadoria) → **DIREITOS SOCIAIS**



Quem faz as políticas públicas e as políticas sociais?

- Depende do tipo de ESTADO, GOVERNO e REGIME DE GOVERNO
- ESTADO – centralizador/ descentralizador, Mínimo/proteção social
- GOVERNO – gestão política contingente
- REGIME DE GOVERNO – ditadura/autoritário, democrático, república/império etc.
- ---
- DEMOCRÁTICO – as políticas são formuladas e geridas por instâncias coletivas (governo/sociedade civil/organizações)

FUNDA-SE UMA TO
SOCIAL

To social – descentraliza-se do clínico

- Insere-se em contexto da assistência social – enquanto política pública e não como atividade filantrópica – SUAS
- Referencial:
- A sociedade é dinâmica e construída através dos conflitos sociais
- O sujeito é produto de seu meio e não é concebido como indivíduo desadaptado – sujeito histórico
- Abandona-se os referenciais socioeducativos – atenção social – articulação de grupos e populações na reivindicação de seus direitos sociais
- Terapeuta → ARTICULADOR social

TO - socioassistencial

- **POLÍTICAS SOCIAIS** → as políticas públicas na área da assistência social e seguridade social (trabalho, renda, habitação, aposentadoria)
→ **DIREITOS SOCIAIS**
- Insere-se na Assistência Social –a partir da constituição de 1988 deixa de ser institucionalmente um setor ligado a filantropia para ser nomeado como **POLÍTICA PÚBLICA**
- É criado o **SUAS** - em 15 de julho de 2005 pela Resolução nº 130 do Conselho Nacional de Assistência Social – **CNAS**, que aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social – **NOB/SUAS**
- **SUAS** - gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – **MDS.20** de jul de 2011
- Um marco para a atuação da TO junto a essa população é a Resolução 17 do Conselho Nacional de Assistência Social – **CNAS** (Brasil, 2011) – Passa a ser uma profissão socioassistencial.

O que é a TO Social

- Foi reconhecida enquanto campo especialista dentro da TO a partir da década de 1990 em meio ao maior processo crítico reflexivo da TO brasileira
- Que questiona sua atuação e campo de conhecimento anterior e funda uma TO – território, comunidades, política, crítica e histórica.
- É um campo dentro da TO que atua na Assistência Social
- Atuação para além dos muros das instituições, direcionando sua intervenção para populações anteriormente não atendidas pela profissão, como moradores de rua, pessoas em presídios, crianças em abrigos, idosos institucionalizados, população indígena, ribeirinha, populações em violação de direitos (mulheres, negros, homoafetivos, pobres, etc)

Metodologia e Tecnologias Sociais

- Metodologia

- Construção de projetos sociais e coordenação da ação de grupos e comunidades
- A organização de setores da sociedade civil e da administração para elaboração, implantação e gestão das políticas públicas
- Articulador, tanto na esfera comunitária, no território, como nas esferas supraestruturais dos fóruns técnicos e populares, para elaboração e implementação de políticas sociais
- Referencial teórico que possa contribuir para uma análise do campo social que atrele e que se realize na interface entre cultura, sociedade e a dimensão pessoal
-

- Tecnologias

- Interdisciplinaridade
- Intersetorialidade
- Redes
- Gestão
- Criação e Coordenação de grupos (populações em vulnerabilidade social → emancipação social e política, DEFESA DO DIREITOS HUMANOS, POLITICOS E SOCIAIS
- Inserção e criação de políticas sociais

TERAPIA OCUPACIONAL NA EDUCAÇÃO

Reabilitação ou Inclusão escolar?

Histórico

- TO inserida nas organizações para pessoas com deficiência – Educação Especial e Reabilitação
- Após a revisão teórico-metodológica dos anos 1980
- A crítica era que a reabilitação partia de uma visão da deficiência como deformidade dentro da dimensão individual → pessoa com deficiência como anormal, desadaptada e que precisava ser reabilitada.
- A partir da década de 1990 – surge a política pública da Inclusão escolar
- A velha visão da reabilitação não serve mais aqui
- TO como gerenciador de espaços e projetos de inclusão na escola

Atual

- TO que atua em Escolas Especiais como APAE, AMA, entre outros – reabilitação
- TO na Educação – gerenciador de projetos de Inclusão Escolar – orienta professores, administra os espaços para criação de acessibilidade, tecnologias de ensino-aprendizagem ocupacional, operacionaliza materiais e métodos para incentivar a inclusão e realização ocupacional
- TO social na Escola – trabalha com a questão da violação de direitos nos espaços escolares, mobilização da juventude pobre para busca dos direitos, violência e as iniquidades sociais que atinge criança, adolescentes e jovens nas escolas de periferia

REFERENCIAS

- BARROS, DD; LOPES,RE; GALHEIGO, S. terapia ocupacional social. In CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. terapia ocupacional: fundamentação & prática. Rio de Janeiro: Guanabara: 2007. p. 347-354
- VERÁS, M.P.B. Exclusão social: um problema de 500 anos. In SAWAIA, B.(Org). As artimanhas da exclusão social: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.